

Série **Artigos**



O Embate que Dividiu as Redações:

Imprensa, Tribuna e Violência Política
no Amazonas dos Anos 1970

DURANGO DUARTE



O Embate que Dividiu as Redações:

Imprensa, Tribuna e Violência Política no Amazonas dos Anos 1970

Na manhã de 26 de novembro de 1977, o centro de Manaus converteu-se no cenário de um enredo que parecia saído dos romances de capa e espada. O vereador e jornalista Fábio Lucena (MDB) posicionou-se na histórica Praça São Sebastião, sob a vigilância de uma radiopatrulha e cercado por repórteres de rádio e televisão. Trazia à cintura um revólver Taurus calibre 38. Seu oponente, o empresário de comunicação Andrade Neto, proprietário do jornal A Notícia, não compareceu. O desfecho daquele “duelo anunciado” frustrou os curiosos, mas cristalizou na crônica local o ápice de uma das mais virulentas rivalidades da história política e jornalística do Amazonas.

A reconstituição desse capítulo exige uma análise rigorosa e isenta. A maior parte dos registros que chegaram à posteridade partiu das páginas dos periódicos diretamente envolvidos no conflito — A Crítica, onde Lucena atuava como editorialista, e A Notícia, de propriedade de Andrade Neto. Por trás dos insultos e das narrativas satíricas, ocultava-se uma complexa trama de disputas por liderança partidária e controle da opinião pública no cenário de oposição consentida da ditadura militar.

Das Páginas do Mesmo Jornal ao Rompimento Político

Fábio Lucena e Andrade Neto não foram sempre adversários. Ambos militavam nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, entre 1969 e 1971, Lucena chegou a exercer a função de redator político em A Notícia. Contudo, as versões sobre o posterior distanciamento revelam visões inconciliáveis. Enquanto Andrade Neto retratava o antigo funcionário como um correligionário ingrato que se voltara contra o seu mentor, Lucena sustentava que sua saída fora motivada por desentendimentos profissionais e por uma posterior represália de Andrade Neto, que o proibira de escrever no jornal após o vereador ter homenageado o concorrente A Crítica na Câmara Municipal.

A partir da ruptura, a tribuna parlamentar e as colunas de opinião transformaram-se em trincheiras. Lucena passou a alvejar o ex-empregador com discursos inflamados e artigos contundentes. A rivalidade ganhou contornos de disputa partidária direta à medida que ambos os nomes se consolidavam como lideranças influentes na definição dos rumos do MDB e nas articulações para futuras candidaturas majoritárias no estado.

O Atentado de 1975: O Caso da Drogaria Fink

O momento mais crítico e severo dessa escalada ocorreu na noite de 15 de fevereiro de 1975, no Bairro de Aparecida. Fábio Lucena conversava com amigos perto de sua casa quando foi abordado por dois homens armados. Agredido à traição com coronhadas na cabeça, o vereador caiu ao solo e foi alvejado nas costas. O disparo passou de raspão, e Lucena sobreviveu após receber atendimento de urgência no Pronto-Socorro São José.

A fuga dos criminosos em um Volkswagen Fusca azul, de placa AM-5402, mobilizou rapidamente as polícias Civil, Militar e Federal. O automóvel, pertencente a uma locadora local, havia sido alugado por Durval Dourado de Souza Carvalho, gerente da seção de medi-

camentos da Distribuidora Fink.

Preso preventivamente, Durval apresentou depoimentos marcados por profundas contradições:

A tese da briga de trânsito: Durval tentou assumir a autoria exclusiva do crime, alegando que pretendia se vingar de uma suposta discussão de trânsito ocorrida meses antes. A versão perdeu sustentação quando Lucena reiterou que sequer sabia dirigir ou possuía habilitação.

A autoria dos disparos: Embora o gerente afirmasse inicialmente ter atirado, as testemunhas oculares foram categóricas em declarar que os executores eram outros dois indivíduos e que Durval provavelmente permanecera no veículo dando cobertura. Posteriormente, o próprio funcionário recuou e negou ter efetuado o disparo.

O delegado responsável pelo inquérito, Rafael Romano, manifestou publicamente a convicção de que Durval atuava apenas como intermediário ou “testa-de-ferro”. A suspeita de uma armação política foi reforçada com a revelação de que, horas antes do crime, o gerente recebera uma vultosa quantia (40 mil cruzeiros) das mãos de Jean Dupuis, sócio da distribuidora. Nas páginas de A Crítica, Fábio Lucena acusou formalmente Andrade Neto — que era casado com uma das proprietárias da empresa e concunhado de Dupuis — de ser o mentor intelectual do atentado, com o objetivo de eliminá-lo politicamente após o vereador supostamente ter contribuído para vetar o nome do empresário junto aos órgãos de segurança para a prefeitura de Manaus.

Por meio de notas oficiais e editoriais em A Notícia, Andrade Neto refutou veementemente as acusações, negando qualquer envolvimento com o ataque e desqualificando o parlamentar com pesadas investidas de cunho pessoal. Embora o inquérito tenha sido remetido à 9ª Vara Criminal com a prisão de Durval, os autos da época não trouxeram uma sentença que comprovasse de forma definitiva a existência de um mandante superior.

O “Duelo da Praça” e as Campanhas de Desqualificação

Após dois anos de aparente trégua jurídica, a rivalidade reacendeu com violência verbal em novembro de 1977. A coluna satírica Pinga-Fogo, de A Notícia, passou a publicar notas diárias depreciativas contra Lucena, rotulando-o frequentemente como “eterno ébrio” e desafiando o parlamentar a marcar dia e hora para um “desforço pessoal no tapa, sem armas ou capangas”.

A resposta de Lucena deu-se na tribuna da Câmara Municipal, em um dos pronunciamentos mais dramáticos da história daquela Casa. Evocando metáforas bíblicas e cinematográficas (como o personagem Ben-Hur), o vereador aceitou o embate, mas alterou os termos: exigiu que o confronto fosse à bala, estipulando o encontro na Praça São Sebastião.

O desfecho do dia 26 de novembro de 1977 expôs a dualidade da cobertura midiática da época. Enquanto A Crítica exaltou a coragem de Lucena por ter comparecido e denunciou a “covardia” do rival, A Notícia ironizou a presença do parlamentar na praça, retratando o episódio em tom de comédia e alegando que Andrade Neto recusara o encontro armado porque pretendia apenas uma disputa corporal. O jornal O Estado de S. Paulo, em cobertura neutra, resumiu o impasse: o confronto não ocorreu porque os protagonistas divergiam fundamentalmente sobre as armas e as condições do enfrentamento.

Personagem	Veículo Principal	Posição no Caso do Atentado (1975)	Posição no Caso do Duelo (1977)
Fábio Lucena	A Crítica (Editorialista) / Tribuna da Câmara	Vítima de emboscada; acusou formalmente Andrade Neto de ser o mandante intelectual.	Exigiu o duelo à bala na Praça São Sebastião para defender sua honra e compareceu armado.
Andrade Neto	A Notícia (Proprietário e Diretor)	Negou autoria ou vínculo com o crime; sustentou a tese de que o gerente agira por conta própria.	Propôs uma luta corporal (“no tapa”) e justificou sua ausência recusando o confronto armado.

O Desfecho nos Tribunais

A prolongada batalha verbal acabou transbordando para as instâncias punitivas do Estado. Documentos do período registram que Fábio Lucena chegou a ser investigado pela Polícia Federal sob o amparo da rigorosa Lei de Segurança Nacional (Artigo 41 do Decreto-Lei 898/67), embora as fontes oscilassem entre associar o processo ao episódio do duelo ou a ofensas dirigidas à farda do então Comandante da Polícia Militar.

O embate encerrou seu trâmite mais severo na esfera do direito comum. Em 30 de novembro de 1979, a juíza Alvarina Miranda de Araújo, da 8ª Vara Criminal de Manaus, condenou Fábio Lucena a um ano de detenção por crime de difamação contra o jornal A Notícia e seus diretores. O processo baseava-se em um discurso de 1978 no qual o edil chamara o periódico de “verminoso” e “vendido ao governo”. Por ser réu primário, o parlamentar obteve o benefício do sursis (suspensão condicional da pena), e ambas as partes recorreram da decisão judicial.

A despeito das turbulências judiciais e do clima de beligerância que cercou sua atuação nos anos 1970, Fábio Lucena preservou um sólido capital político junto ao eleitorado manauara. Três anos após a sua condenação por difamação, em 1982, ele seria eleito Senador da República pelo Amazonas, consolidando-se como uma das figuras mais marcantes e polêmicas da bancada de oposição no plano nacional.

O conflito entre Lucena e Andrade Neto permanece na história local como o retrato de um período em que as fronteiras entre o fazer jornalístico, as ambições partidárias e as paixões pessoais eram frequentemente diluídas pela tinta das imprensas e pelo calor das tribunas.

Série Artigos

